



QUEM PRESCREVE E QUEM VENDE?

Uma reflexão sobre assistência técnica e uso de defensivos agrícolas no Brasil.



Quando procuramos um médico, esperamos que ele examine o paciente, avalie os sintomas, estabeleça um diagnóstico e, somente depois, prescreva o tratamento adequado. Com a receita em mãos, vamos à farmácia adquirir o medicamento.

A lógica é simples: primeiro o diagnóstico, depois a prescrição e, por último, a aquisição do produto.

No campo, entretanto, ainda convivemos muitas vezes com uma situação diferente. Ao identificar uma praga, doença ou outro problema na lavoura, é comum o produtor rural dirigir-se diretamente a uma revenda de defensivos agrícolas, relatar o que está acontecendo e perguntar: “O que devo aplicar?”

Quem o atende pode possuir experiência e conhecimento dos produtos disponíveis, mas nem sempre é engenheiro agrônomo ou outro profissional legalmente habilitado para a prescrição. E, principalmente, nem sempre teve a oportunidade de estar na propriedade, examinar a lavoura, conhecer seu histórico e realizar um diagnóstico técnico.

É sobre essa realidade que precisamos refletir.

Não se trata de questionar a importância das vendas de insumos. Elas são fundamentais para a agricultura brasileira, possuem grande capilaridade, disponibilizam tecnologias e produtos e, em muitos casos, contam com excelentes profissionais e departamentos técnicos.

A questão é outra: a decisão sobre o que aplicar deve nascer da necessidade agrônômica da lavoura ou da disponibilidade de um produto no balcão?

PRIMEIRO O DIAGNÓSTICO

Uma lavoura é um sistema complexo. Sintomas aparentemente semelhantes podem ter causas completamente diferentes.

Uma planta com desenvolvimento comprometido pode estar sofrendo com doença, ataque de insetos, deficiência nutricional, problemas físicos ou químicos do solo, condições climáticas adversas, fitotoxicidade ou uma combinação desses fatores.

Da mesma maneira, encontrar uma praga na lavoura não significa necessariamente que seja preciso realizar imediatamente uma aplicação.

É necessário avaliar a cultura, o estágio de desenvolvimento, o histórico da área, a intensidade da ocorrência, as condições ambientais, os níveis de dano econômico e as diferentes alternativas de manejo.

É exatamente nesse momento que o conhecimento do engenheiro agrônomo faz diferença.

Antes de perguntar “qual produto devo aplicar?”, o produtor deveria perguntar:

“Qual é o problema da minha lavoura e qual é a melhor estratégia para manejá-lo?”



Essa mudança de pergunta pode significar economia, maior eficiência e melhor resultado ao final da safra.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA É INVESTIMENTO

O produtor trabalha com custos cada vez maiores e margens pressionadas. Sementes, fertilizantes, máquinas, combustíveis, mão de obra, crédito, logística e defensivos representam investimentos expressivos.

Nesse cenário, uma decisão equivocada pode custar muito mais do que uma boa assistência técnica.

Por isso, o acompanhamento de um engenheiro agrônomo não deve ser entendido apenas como custo. É investimento na eficiência da propriedade.

O profissional que acompanha a lavoura conhece o histórico da área, monitora a evolução dos problemas e pode recomendar diferentes estratégias. Nem toda solução precisa começar com um produto químico.

Dependendo do diagnóstico, podem ser indicados manejo cultural, controle biológico, mudanças na tecnologia de aplicação, monitoramento ou outras ferramentas do manejo integrado. E, quando necessário, o controle químico será utilizado de maneira tecnicamente fundamentada.

Há ainda uma recomendação extremamente importante que somente uma assistência técnica verdadeiramente independente pode oferecer: não aplicar naquele momento.





RECEITUÁRIO AGRONÔMICO NÃO É DOCUMENTO DE BALCÃO

A legislação brasileira reforça essa responsabilidade.

A Lei nº 14.785/2023 estabelece regras para a utilização e comercialização de agrotóxicos e prevê a receita agrônômica emitida por profissional legalmente habilitado. No âmbito do Sistema Confea/Crea, a Resolução Confea nº 1.149/2025 estabelece diretrizes para a prescrição, uso e fiscalização do Receituário Agrônômico, vinculando a prescrição ao diagnóstico técnico.

Portanto, precisamos recuperar o verdadeiro significado desse instrumento.

Receituário Agrônômico não pode ser tratado simplesmente como um documento necessário para retirar um produto na revenda.

Ele deve representar a conclusão de uma avaliação profissional.

Primeiro se conhece a situação. Depois se realiza o diagnóstico. Em seguida, define-se a estratégia de manejo. Somente quando necessária a de determinado produto ocorre a prescrição.

Quando essa ordem é invertida, primeiro se escolhe ou vende o produto e depois se providencia a receita, o Receituário Agrônômico corre o risco de perder sua principal finalidade.

“Receita não deve gerar diagnóstico. É o diagnóstico que deve gerar a receita.”



QUEM RECOMENDA PRECISA TER LIBERDADE PARA DIZER “NÃO”

Esse é talvez o ponto mais importante desta discussão.

O profissional responsável pelo diagnóstico e pela recomendação precisa possuir independência técnica suficiente para dizer ao produtor:

“Você não precisa aplicar esse produto.”

Quando diagnóstico, recomendação e interesse comercial se confundem, pode surgir um conflito entre a necessidade agrônômica da lavoura e o objetivo natural de qualquer atividade comercial, que é vender.

Isso não significa afirmar que as recomendações realizadas dentro das revendas sejam inadequadas. Seria injusto generalizar. Milhares de engenheiros agrônomos atuam em cooperativas, revendas e empresas privadas com competência, ética e responsabilidade.

O que precisamos preservar é a autonomia do ato técnico.

Uma pergunta simples ajuda a compreender essa questão:

Se o diagnóstico demonstrar que não é necessário utilizar nenhum produto, quem está orientando o produtor possui liberdade para recomendar que ele não compre nada?

Se a resposta for sim, estamos diante de uma assistência técnica verdadeiramente independente.

O PRODUTOR É O MAIOR BENEFICIADO

Defender diagnóstico e assistência técnica não significa criar mais burocracia para o campo. Significa buscar eficiência.

Aplicação desnecessária custa dinheiro. Produto inadequado custa dinheiro. Dose, momento ou tecnologia de aplicação incorretos também custam dinheiro.

Além das perdas econômicas, o uso inadequado pode contribuir para problemas de resistência de insetos, plantas daninhas e agentes causadores de doenças, reduzindo a eficiência e a vida útil de ferramentas importantes para a agricultura.

Por isso, fortalecer a assistência técnica significa também proteger o investimento do produtor.

A agricultura brasileira incorporou tecnologias extraordinárias nas últimas décadas: agricultura de precisão, drones, sensores, imagens de satélite, biotecnologia, inteligência artificial, máquinas cada vez mais automatizadas e sistemas digitais de monitoramento.

Não faz sentido avançarmos tanto em tecnologia e continuarmos tratando uma decisão tão importante quanto o manejo fitossanitário apenas como



uma operação de compra e venda. A indústria tem papel fundamental na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias. As revendas são indispensáveis para disponibilizá-las aos produtores. E o engenheiro agrônomo deve colocar seu conhecimento a serviço do diagnóstico e da recomendação técnica.

São atividades complementares, não concorrentes.

Precisamos de engenheiros agrônomos presentes nas propriedades, cooperativas, revendas, indústrias, empresas de consultoria, universidades, instituições de pesquisa e órgãos públicos. Mas precisamos, acima de tudo, preservar sua autonomia profissional.

O Brasil já demonstrou ao mundo sua extraordinária capacidade de produzir alimentos, fibras, energia e matérias-primas. O próximo desafio é produzir cada vez melhor, utilizando conhecimento e tecnologia para obter mais eficiência, rentabilidade e sustentabilidade.

E o engenheiro agrônomo não pode ser visto apenas como o profissional que assina uma receita para permitir a aquisição de um defensivo.

Seu lugar é no campo, ao lado do produtor, diagnosticando, orientando decisões e transformando conhecimento agrônomo em produtividade, segurança, rentabilidade e sustentabilidade para a agricultura brasileira.

**Francisco Almeida**

Engenheiro Agrônomo e Presidente da
Confederação dos Engenheiros Agrônomos do
Brasil (CONFAEAB)